

Orcamento do Estado

O ESTADO DE S. PAULO — 21

é de 138 bilhões

Cerca de 72,5% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias prevista para o próximo ano estará comprometida com a folha de pagamentos do funcionalismo estadual, revelou ontem o secretário de Planejamento de São Paulo, Clóvis de Barros Carvalho, ao detalhar o orçamento do Estado, encaminhado pelo governador Franco Montoro à Assembléia Legislativa. O orçamento consolidado prevê receita e despesa de Cz\$ 138 bilhões, embora Cz\$ 47,5 bilhões já estejam comprometidos, restando como recursos efetivamente disponíveis o equivalente a Cz\$ 90,6 bilhões.

O orçamento, que deverá ser aprovado pela Assembléia até o dia 30 de novembro, prevê uma arrecadação de Cz\$ 86,8 bilhões a título de ICM, contra Cz\$ 65 bilhões projetados para este ano, com base em informações recolhidas até o último dia 30. No atual exercício, o comprometimento da arrecadação do ICM com a folha de pagamento do Estado deverá atingir a marca de 78%, bem acima dos 70% previstos no início do período.

"Tivemos um aumento significativo nos gastos com salários" — admitiu Clóvis Carvalho, salientando,



20-2-86

Carvalho: sem armadilhas

porém, que essa situação foi plenamente compensada com o crescimento da receita, em função da implantação do Plano Cruzado. A receita do ICM este ano supera em Cz\$ 15,6 bilhões a arrecadação registrada em 1980, a maior até então, embora ainda persista uma perda acumulada de Cz\$ 10,5 bilhões no período.

"SEM FOLGAS"

O orçamento divulgado ontem, o último preparado pelo governo Montoro, "traça prioridades bem definidas", acentuou o secretário do Planejamento, lembrando que o novo go-

vernador encontrará uma "estrutura saneada, mas sem folgas". Na opinião de Clóvis Carvalho, isso significa que haverá "pouca flexibilidade em relação ao funcionalismo público".

Ressaltou, porém, que o orçamento foi feito sem armadilhas e contempla apenas as decisões já tomadas com relação ao gasto com pessoal. Quanto à composição das dívidas do Estado, o secretário lembrou que com o pagamento de Cz\$ 9,6 bilhões previstos para o próximo exercício (este ano foram pagos Cz\$ 7,5 bilhões) o governo terá líquido "o grosso" dos débitos contraídos em administrações anteriores e que será feito com a emissão de títulos, evitando, com isso, a utilização de recursos fiscais.

Pela manhã, ao assinar mensagem encaminhando o orçamento à Assembléia, o governador Franco Montoro destacou que a proposta orçamentária prioriza o setor social, que contará no próximo ano com 73,8% das receitas previstas. "Deixo um orçamento equilibrado e saneado, e em condições incomparavelmente melhores do que aquelas que recebi, sobretudo em relação às dívidas", disse o governador.